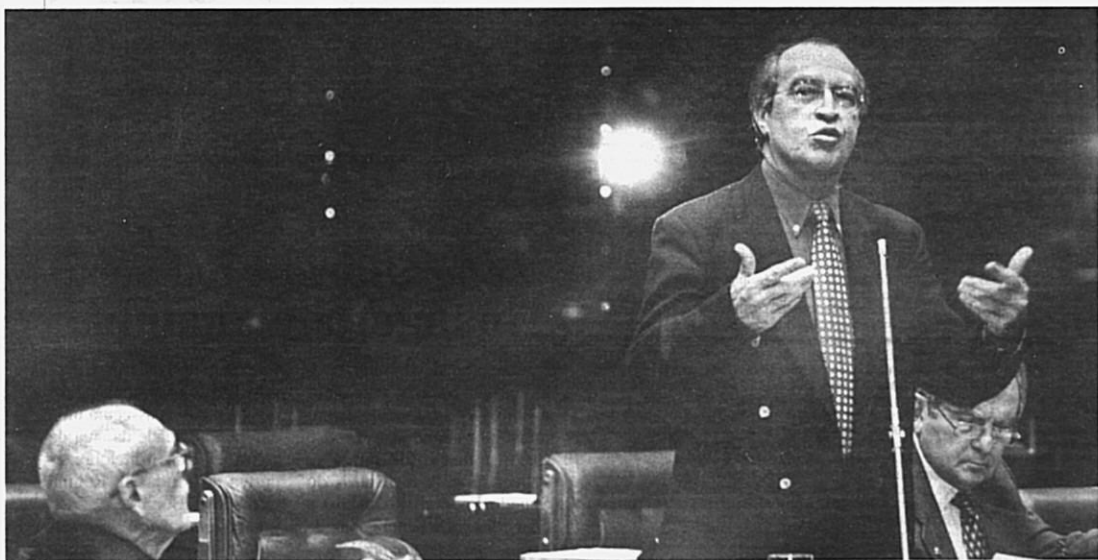


Senado antecipa Ordem do Dia para garantir votações

Se as nove matérias incluídas na pauta não forem apreciadas no início da tarde, poderá ser convocada nova sessão para as 18 horas. Senadores devem votar hoje projetos que autorizam governo do Rio e prefeitura de São Paulo a emitir títulos



No plenário, o senador Lúcio Alcântara disse ontem que o governo federal já "cedeu", cabendo agora aos professores encerrar a paralisação

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, decidiu antecipar a Ordem do Dia da sessão de hoje para evitar que o jogo entre o Brasil e Marrocos provoque atraso na apreciação das matérias em tramitação na Casa. Antonio Carlos pretende iniciar a votação às 14h30, quando será aberta a sessão, dispensando os discursos que geralmente são feitos a partir desse horário. Se necessário, ele convocará outra sessão para as 18 horas. Projetos de resolução que autorizam o governo do Rio e a prefeitura de São Paulo a emitir títulos estão entre as propostas a serem apreciadas. **Página 3**

Parlamentares pedem fim da greve nas universidades

Os senadores voltaram a manifestar ontem preocupação com o prolongamento da greve nas universidades. Para o senador Lúcio Alcântara, "chegou a hora de os professores colocarem um ponto final nessa greve, que vem prejudicando muito os alunos". O senador Nabor Júnior cobra uma postura mais transigente por parte do ministro da Educação, Paulo Renato Souza. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, esclareceu que aguarda o fim da paralisação para pôr em pauta o projeto de lei do Executivo que reajusta as gratificações dos docentes. **Página 5**



Doze itens constam da pauta da sessão de hoje da comissão

CAE Regras para as dívidas estaduais poderão mudar

A Comissão de Assuntos Econômicos examina hoje projeto substitutivo que altera as condições de endividamento dos estados e municípios. **Página 4**

**Prodasen
inaugura
laboratório**

PÁGINA 2

Agenda

PRESIDENTE
Antonio Carlos Magalhães

10h - Despacho interno
14h30 - Sessão sessão deliberativa ordinária do Senado

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Primeiro dia de discussão do segundo turno do "Substituto à PEC nº 2/95, que dispõe sobre imunidade parlamentar"; "Projeto de Resolução nº 61/98, que autoriza o governo do estado do Rio de Janeiro a emitir letras financeiras do Tesouro do estado do Rio de Janeiro, destinando-se os recursos ao giro da sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre do 1998"; "Projeto de Resolução nº 62/98, que autoriza o município de São Paulo a emitir letras financeiras do Tesouro, destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1998"; "Projeto de Resolução nº 63/98, autorizando a elevação temporária no limite de endividamento do município de Ferraz de Vasconcelos, SP, com vistas à contratação de operação de financiamento com recursos do FGTS junto à Caixa Econômica Federal, no âmbito do Programa Pró-Saneamento: primeiro dia de discussão do primeiro turno das "PECs nºs 6 e 11/98, que incluem no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias artigo que regulariza a situação funcional de servidores de empresas públicas federais que há mais de dez anos prestam serviços à administração direta"; "Requerimento nº 350/98, de autoria do senador Ney Suassuna, solicitando tramitação conjunta do PLS nº 109/97, com o PLS nº 75/97, por versarem sobre contratação, pelo Estado, de empresas que utilizem trabalho infantil"; "Requerimento nº 365/98, de autoria do senador Odair Soares, solicitando tramitação conjunta da PEC nº 19/98 com a de nº 63/95, por versarem sobre o Tribunal Superior do Trabalho - juizes classistas; e "Requerimento nº 400/98, de autoria do senador Bello Parga, solicitando retirada do PLS nº 116/98, que altera a legislação do Imposto de Renda das pessoas físicas

COMISSÕES

10h - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: Apreciação de Atos Legislativos, destacando-se: "PLC nº 62/96, que dispõe sobre a uniformização de preços de produtos nos municípios da Amazônia Legal"; "PLC nº 89/92, que concede isenção do imposto sobre Produtos Industrializados e do imposto de Importação relativamente a equipamentos e material educativo adquiridos por pessoas portadoras de deficiência"; "PLC nº 03/98, que dispõe sobre a multa incidente sobre os débitos das prefeituras municipais para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço"; e "Mensagem nº 161/98, que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 150 milhões, entre o Brasil e o BID, destinada a financiar parcialmente o Programa de Modernização do Setor de Saneamento, Sane 19 da Aia Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Apreciação, com sabatina, da "Mensagem nº 178/98, do presidente da República, submetendo ao Senado o nome do senhor Gilson Langaro Dep, juiz do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, com sede em Porto Alegre, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de ministro, na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Américo Luiz

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Quarta-feira (17.6.98)
11h - Sessão especial destinada a prestar homenagens ao ex-ministro Sérgio Motta
14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Segundo dia de discussão do segundo turno do "Substituto à PEC nº 2/95, que dispõe sobre imunidade parlamentar; votação, em primeiro turno, das "PECs nºs 23 e 39/96, que dispõem sobre a inelegibilidade, segundo dia de discussão do primeiro turno das "PECs nºs 6 e 11/98, que incluem no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias artigo que regulariza a situação funcional de servidores de empresas públicas federais que há mais de dez anos prestam serviços à administração direta"; "PDL nº 122/97, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Patriarca de Cassilândia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cassilândia-MS; "PDL nº 123/97, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Emissora "ABC" Ltda. para

explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santo André-SP; "PDL nº 125/97, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Comercial de Presidente Prudente Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Presidente Prudente-SP; "PDL nº 137/97, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Cidade Jandaia do Sul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jandaia-PR; "PDL nº 139/97, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Difusora Vale do Itajaí Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itajaí-SC; "Parcecer nº 315/98, que dispõe sobre a Mensagem nº 148/98, através da qual o presidente da República submete à deliberação do Senado Federal o nome do Doutor Carlos Alberto Reis de Paula, juiz togado do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, com sede em Belo Horizonte-MG, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de ministro togado, na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Orlando Teixeira da Costa e reservada a juizes de carreira da magistratura trabalhista; "Parcecer nº 316/98, que dispõe sobre a Mensagem nº 156/98, através da qual o presidente da República submete à deliberação do Senado Federal o nome do Doutor Geilson de Azevedo, juiz togado do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, com sede em Porto Alegre-RS, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de ministro togado, na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Manoel Mendes de Freitas e reservada a juizes de carreira da magistratura trabalhista; "Mensagem nº 144/98, que submete à deliberação do Senado o nome do senhor Paulo Dyrceu Pinheiro, ministro de primeira classe da carreira de diplomata, para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República de Cingapura; e "Mensagem nº 161/98, que submete à deliberação do Senado o nome do senhor Sérgio Barcellos Telles, ministro de primeira classe da carreira de diplomata, para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República Libanesa

Quinta-feira (18.6.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Terceiro e último dia de discussão do segundo turno da "PEC nº 2/95, que dispõe sobre imunidade parlamentar; terceiro dia de discussão do primeiro turno das "PECs nºs 6 e 11/98, que incluem no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias artigo que regulariza a situação funcional de servidores de empresas públicas federais que há mais de dez anos prestam serviços à administração direta; "PDL nº 115/97, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Maratã Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santana do Livramento-RS; "PDL nº 117/97, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Guaíba S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta na cidade de Porto Alegre-RS; "PDL nº 118/97, que aprova o ato que renova a concessão da Televisão Vitória Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Vitória-ES; "PDL nº 119/97, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à L. A. Pereira e Oliveira Ltda.-ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santana do Livramento-RS; "PDL nº 120/97, que aprova o ato que renova a concessão deferida à Rádio Bandeirantes de Cachoeira Paulista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Cachoeira Paulista-SP; "Projeto de Resolução nº 35/98, que autoriza a União a realizar operação financeira que visa ao recalculando de créditos brasileiros junto à República de Cuba; "Projeto de Resolução nº 59/98, que autoriza a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 240.000.000,00, entre a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil e o BID, destinada ao financiamento parcial do Projeto do Gasoduto Bolívia-Brasil; "Projeto de Resolução nº 60/98, que autoriza a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 130.000.000,00, entre a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil e o BID; e "Substituto ao Projeto de Resolução nº 25/97, que altera a denominação e a estrutura da Consultoria de Orçamento

Sexta-feira (19.6.98)

9h - Sessão não deliberativa

ESPECIAL

Quarta-feira (17.6.98)
11h - Cerimônia de Inauguração da Fábrica de Software e Laboratório Vivo do Legislativo. Via N 2 - Unidade de Apoio 2 (em frente ao Serviço Médico do Senado Federal)
Cultura ao Meio-Dia
Filme: Jernupajo, de Monique Gardenberg. Audição Petrólio Portella

ACM afirma que pesquisas eleitorais não preocupam

Na avaliação do senador Antonio Carlos Magalhães, o resultado das últimas pesquisas de opinião nada tem de preocupante para os aliados do governo, e é favorável ao prognóstico de reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso, por ter demonstrado que não houve crescimento de seu oponente principal, Luiz Inácio Lula da Silva.

— O adversário chegou ao seu limite, não sobe mais. Isso é uma coisa ótima — afirmou.

Indagado sobre a declaração do ex-governador Leonel Brizola de que, se Lula for eleito, cancelará a privatização da Teletel, o senador previu modificações na



Antonio Carlos critica Brizola chapa de oposição, o que a troca de candidato a vice.

— A minha impressão é que até o final da campanha o Brizola sairá da chapa, porque ele está perdido, está totalmente esclerosado, e o Lula já deve ter notado isso — disse.

Laboratório Vivo será inaugurado amanhã

A necessidade de produzir soluções para os problemas administrativos, enfrentados diariamente por servidores, levou o Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen) a criar uma ferramenta capaz de realizar este constante aperfeiçoamento institucional. O nome dessa ferramenta é *Laboratório Vivo do Legislativo* e será inaugurado amanhã, às 11h, na Unidade de Apoio 2, em frente ao Serviço Médico.

A idéia central do *Laboratório Vivo do Legislativo* é fazer com que os servidores busquem, com apoio técnico do Prodasen e da Fábrica de Software, as soluções mais adequadas e personalizadas para as respectivas rotinas de trabalho, que tenham como principal instrumento de trabalho a informática. "Quem de-

fine os aplicativos são os próprios servidores. O trabalho em equipe também assegura uma alta produtividade na área de *software*", disse a diretora executiva do Prodasen, Regina Célia Peres Borges.

No *Laboratório Vivo*, o servidor expõe as suas dificuldades e necessidades e, em conjunto com os engenheiros do Prodasen, desenvolve um *software* funcional. A Fábrica de *Software* tem a mesma metodologia da linha de montagem, onde cada parte auxilia na composição do produto final. Segundo Regina Célia, não é só uma questão de tecnologia, mas uma verdadeira mudança de cultura, uma vez que a busca pela solução de determinado problema envolve a todos, principalmente o servidor que convive e trabalha com ele.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes do Secretário: Emília Fernandes

Lúcio Coelho - Joel de Hollanda - Marlúce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editor-Chefe - Djálba Lima

Editores - Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão - Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueias Dantas de Moraes

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15ª e 16ª andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

E-mail: jornal@senado.gov.br

Integram a Ordem do Dia projetos de resolução que autorizam o governo do Rio e a prefeitura de São Paulo a emitir letras financeiras destinadas à rolagem das dívidas mobiliárias que vencem no segundo semestre deste ano

Senado antecipa pauta de votações hoje

O plenário do Senado apreciará hoje nove matérias antes do jogo da seleção brasileira contra Marrocos. A sessão começará às 14h30m e o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, pretende iniciar a votação imediatamente, dispensando os discursos que são feitos na primeira hora. Se as matérias não forem votadas até o início do jogo (marcado para as 16h), a sessão será encerrada, convocando-se outra para as 18h (veja mais informações nesta página).

Ao todo, o plenário do Senado apreciará 22 matérias até o final da sessão de quinta-feira (dia 18). Quatro das sete comissões do Senado também vão se reunir nesta semana, sempre pela manhã.

Entre as nove matérias que serão apreciadas pelo plenário antes do jogo, está a emenda constitucional que limita a imunidade dos deputados e senadores, tornando mais fácil a abertura de processo, pelo STF, contra parlamentares. Será o primeiro dia de discussão da proposta, já em segundo e último turno. A discussão terminará na sessão de quinta-feira, quando o presidente do Senado pretende colocá-la em votação.

Também será discutida proposta de emenda constitucional do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) que permite a efetivação dos funcionários de empresas estatais que estejam cedidos à administração direta há mais de dez anos. O relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP), apresentou substitutivo, acrescentando que empregados de fundações e de autarquias cedidos há cinco anos poderão ser efetivados pela administração direta.

Constam da Ordem do Dia de hoje, para votação, projetos de resolução que autorizam o governo do Rio e a prefeitura de São Paulo a emitirem letras financeiras para que possam rolar suas dívidas mobiliárias que vencem no segundo semestre deste ano.



O plenário, com 22 matérias na pauta, inicia uma semana de muitas deliberações, podendo votar novas regras para a imunidade parlamentar

Se necessário, haverá nova sessão às 18h

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, convocou os senadores para a sessão deliberativa de hoje, explicando que a sessão e a Ordem do Dia terão início às 14h30,

com encerramento às 16h. O presidente disse ainda que, se for necessário, convocará outra sessão para as 18h, devido ao grande número de matérias em pauta.

CCJ

Na pauta, nome de ministro para o STJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado aprecia hoje, em reunião marcada para as 10h, a indicação do nome de Gilson Langaro Dipp, juiz do Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região – com sede em Porto Alegre (RS) – para integrar o Superior Tribunal de Justiça (STJ), na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Américo Luz.

A Constituição estabelece que os ministros do Superior Tribunal de Justiça deverão ser nomeados pelo presidente da República e após aprovação prévia pelo Senado. Os nomeados têm de ter entre 35 e 65 anos



A CCJ reúne-se hoje, às 10h, para examinar indicação de Gilson Langaro Dipp

de idade. Os 33 ministros do STJ dividem-se em três grupos iguais: o primeiro, originário de juízes integrantes dos Tribunais

Regionais Federais; o segundo, de escolhidos dentre desembargadores de tribunais de Justiça; e o terceiro, de escolhidos en-

tre advogados, membros do Ministério Público Federal, estaduais e do Distrito Federal, alternadamente.

Ao analisar projeto de resolução que visa reformular limites e condições de endividamento de estados e municípios, a CAE busca instrumento que evite, também, cartelização dos bancos e cobrança de taxas elevadas

Operações de crédito devem ter leilão eletrônico



Campos propôs homenagem

CAE vota mudança do nome do Galeão

A CAE decide hoje se muda para "Aeroporto Internacional Tom Jobim" o nome do Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro. A proposta é do senador Júlio Campos (PFL-MT).

Ao apresentar o projeto, Júlio Campos citou a importância "do mais internacional dos compositores brasileiros" na divulgação da imagem do país no exterior. Segundo o senador, a música de Tom Jobim atrai milhares de pessoas, de todos os cantos do mundo, em busca das belezas do Rio de Janeiro, o que justifica a associação do nome do compositor "ao portão de entrada da cidade com a qual manteve ligações muito especiais".

Em parecer favorável ao projeto, o senador Gilberto Miranda (PFL-AM) considerou a iniciativa de Júlio Campos "extremamente louvável", porque cria a oportunidade de se reverenciar um dos mais expressivos representantes da cultura brasileira. O relator admitiu que a operacionalização da medida prevista no projeto acarretará despesas, em decorrência da alteração de códigos, cadastros, sistemas de informações, cartas aeronáuticas e bancos de dados em geral.

Tais despesas, entretanto — acrescentou Gilberto Miranda — parecem irrisórias diante da homenagem que se quer prestar à figura do grande brasileiro que foi Tom Jobim. Nada mais acertado do que atribuir ao aeroporto o nome de quem tão poeticamente o divulgou.

Entre os 12 itens que integram a pauta da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), hoje às 10h, está o substitutivo do senador Vilson Kleinübing (PFL-SC) a projeto de resolução do senador Esperidião Amin (PPB-SC) visando reformular os limites e condições para o endividamento dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas autarquias e fundações.

A iniciativa para a atualização da legislação sobre as operações de crédito, conforme Kleinübing, foi da própria CAE. A comissão encarregou o senador Amin de elaborar um projeto de resolução para "sanar as falhas existentes". Ao projeto de Amin foram apensadas proposições sobre o mesmo assunto de autoria dos senadores Carlos Patrocínio (PFL-TO), Lauro Campos (PT-DF), Bernardo Cabral (PFL-AM), Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e João

Rocha (PFL-TO).

Segundo o relator, a principal inovação introduzida em seu parecer é a obrigatoriedade da realização de leilões eletrônicos na contratação de operações de crédito por antecipação de receitas orçamentárias (ARO). Ele esclarece que uma instituição financeira que chegue a um acordo com um estado ou município quanto à contratação de uma ARO enviará uma "proposta firme" ao Banco Central, contendo valor, taxa de juros, garantias e demais características da operação. O BC analisará o pleito à luz dos limites impostos pela resolução e, estando este em conformidade com as exigências, lançará, em meio eletrônico, um leilão.

O relator disse haver constatado não apenas a existência de "várias lacunas" na lei que permitiam aos estados e municípios um endividamento em nível superior ao recomendável, mas, também, a prática de carteliza-



Amin: proposta a pedido da CAE ção dos bancos e cobranças de taxas muito altas nas operações ARO.

PEDIDOS

A CAE deve examinar na mesma reunião projeto de resolução, também de autoria do senador Vilson Kleinübing, determinando que sejam encaminhados ao Banco Central todos os pedidos de autorização para a contratação de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO) pelos estados, Distrito Federal e municípios, instruídos com os

devidos documentos legais.

Na justificativa da matéria, o senador argumenta que a questão das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária deve receber tratamento emergencial "em face dos reflexos negativos nas finanças públicas que as distorções no uso desse tipo de operação têm causado".

O relator da matéria, senador José Fogaça (PMDB-RS), sustenta em seu parecer favorável que a proposição contribui, decisivamente, para o aperfeiçoamento do controle das operações de crédito por antecipação da receita orçamentária, "ao conferir maior transparência às operações que venham a ser propostas por instituições privadas e criar condições para impedir que a administração direta se utilize das empresas estatais para alavancar, indiretamente, recursos financeiros que deem suporte a suas obras".

Trabalhador poderá requerer abono com apenas três anos de inscrição no PIS/Pasep

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve votar hoje projeto de lei da Câmara que pretende reduzir, de cinco para três anos, o tempo mínimo de cadastramento no PIS/Pasep ou no Cadastro Nacional do Trabalhador para que o empregado tenha direito à percepção de abono salarial correspondente a um salário mínimo anual.

O projeto, que estava sendo discutido na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), foi remetido à CAE devido à aprovação de requerimento em que os senadores Edison Lobão (PFL-MA) e Sérgio Machado (PSDB-CE) afirmavam que, com a redução do tempo de cadastramento, a despesa do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) seria de R\$ 800 milhões, o que contrastaria com os esforços de controle de despesas do governo federal.

Em parecer favorável ao projeto, entretanto, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) con-



Bezerra vê impacto reduzido

cluiu que, considerando-se o salário mínimo da época em que relatou a matéria, que era de R\$ 112,00, a elevação imediata do potencial nos gastos com o abono salarial seria de R\$ 168 milhões, montante que julgou inexpressivo em termos de déficit público e como percentual do PIB. O relator acrescentou que esse é um custo perfeitamente suportável pelo FAT e lembrou que o pagamento de abono salarial é uma das principais finalidades da arrecadação decorrente das contribuições para o PIS/Pasep.

A CAE deve apreciar ainda projeto de lei da Câmara que redireciona recursos do Sistema de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). O parecer, do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), é favorável sob o argumento de que "a nova distribuição proposta está mais condizente com os fins que se pretendem alcançar com os recursos destinados a apoiar as micro e pequenas empresas do país, ao tempo em que promove um enxugamento da máquina administrativa do Sebrae nacional, privilegiando as unidades estaduais, que atuam mais diretamente com essas empresas".

LIMITES

Pelo projeto, o montante a ser aplicado de acordo com as políticas e diretrizes do Conselho Deliberativo do Sebrae nacional é reduzido de 50% para 10%, e o limite a ser aplicado para seu custeio, de 5% para 2%, com a transferência desses recursos (43%) para

um fundo de equanimidade destinado a promover a redução das desigualdades regionais — 23% — e para um fundo de risco para o apoio às operações de crédito às micro e pequenas empresas (20%).

Constam ainda da pauta da CAE, com pareceres favoráveis, o projeto que dispõe sobre a uniformização de preços de asfalto nos municípios da Amazônia Legal; o que altera a chamada Lei Agrícola; o que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto de Importação a equipamentos e material educativo adquiridos por pessoas portadoras de deficiência; o que reduz a multa incidente sobre os débitos das prefeituras municipais para com o FGTS e o que altera a legislação sobre prestações devidas a ex-combatente segurado da Previdência Social.

Mesmo se dizendo um crítico da política oficial para as universidades, senador cearense admite que governo já cedeu e que agora chegou a vez de os professores colocarem um fim à greve e sentarem para negociar

Alcântara pede diálogo com professores

Ao enfatizar que o governo "cedeu" ao movimento dos professores, anunciando a liberação do pagamento dos grevistas e o envio, ao Congresso, de um projeto de lei concedendo reajustes à categoria, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou ontem que "agora chegou a hora de os professores universitários colocarem um ponto final na greve, que vem prejudicando muito os alunos".

Para Alcântara, a greve representou um gesto de desespero dos professores que estão vivendo uma situação de extrema dificuldade, com salários congelados há quase quatro anos. "Mas o governo reviu sua atitude de intransigência inicial e atendeu às reivindicações dos professores, no limite das possibilidades do erário público, conforme salientou o

ministro da Educação, Paulo Renato, em recente pronunciamento em cadeia de rádio e TV."

Alcântara ressaltou que, infelizmente, os professores não dão mostras de querer



Alcântara: "Os vitoriosos foram os professores"

ceder também, suspendendo a greve e sentando à mesa para negociar. "Ao contrário, a categoria ameaça entrar em greve de fome para obter reivindicações não atendidas. Um movimento grevista não pode assumir um tom político-partidário, que não leve em consideração os limites de recursos a que o governo precisa se submeter. É pre-

ciso que ambas as partes negociem uma agenda positiva, incluindo pontos a médio e longo prazo", disse.

ENTENDIMENTO

O senador pelo PSDB afirmou ser também um crítico da política do governo para as universidades. "Sei haver problemas de gestão, de carga horária, de falta de professores diante da aposentadoria maciça daqueles que tiveram medo das reformas previdenciária e administrativa. Essa pendenga sobre autonomia das universidades também precisa ser discutida com mais seriedade. Mas a intransigência dos professores não resolverá esses impasses."

Para Lúcio Alcântara, o momento é de procurar um entendimento. "Se houve um lado vitorioso, foi o dos professores, conseguindo que o governo reconsiderasse sua posição. Mas, diante de uma proposta nova, cabe aos professores ceder também e negociar", aconselhou, alertando que, diante da atitude negativa dos professores, a greve corre o risco de se esvaíar e perder ânimo.



Nabor acha que solução rápida evitará perda do ano letivo

Nabor quer que Paulo Renato reveja posição

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) dirigiu ontem apelo ao ministro da Educação Paulo Renato no sentido de que reveja proposta que pretende apresentar ao Congresso visando à criação de gratificações salariais para os docentes das universidades federais do país que estão em greve há quase 90 dias.

Ele pediu uma solução imediata para a greve, sugerindo que o projeto elaborado pelo MEC seja modificado em função das tabelas das representações sindicais de professores universitários do ensino público, além da revisão dos salários da categoria.

Para Nabor Júnior, a situação dos estudantes universitários tende a se agravar, uma vez que a greve poderá estender-se e comprometer "completamente" o ano letivo se não for negociada imediatamente uma solução que satisfaça aos docentes.

SOLUÇÃO

A solução, na sua opinião, estaria exatamente na adequação das tabelas estipuladas pelos sindicatos ao projeto do governo que será encaminhado ao Congresso. Os números dessas tabelas já se encontram há muito tempo em poder do ministro da Educação, informou o senador.

Nabor reportou-se ainda a recente reunião que manteve com uma comissão de professores universitários federais no Acre, que lhe expuseram seus pontos de vista a respeito e lhe mostraram os níveis de gratificações já encaminhados ao

MEC, sobre os quais não obtiveram respostas do governo federal.

O senador acreano criticou a falta de critérios do governo na distribuição de recursos para as universidades federais, que, conforme disse, contrariam a política anunciada de reverter as disparidades regionais.

Para ele, os investimentos no Norte e no Nordeste continuam muito aquém da necessidade daquelas universidades públicas, que, por sua vez, constituem fator de integração regional. Por outro lado, acrescentou, as universidades do Sudeste-Sul sempre recebem muitos recursos orçamentários da União.

PROPOSTAS

A proposta a ser enviada ao Congresso pelo MEC para resolver em parte a situação dos professores universitários da rede federal cria gratificações de estímulo à docência, de valor variável em função do nível de titulação (mestrado ou doutorado), da posição ou carreira, do regime de trabalho e do número de pontos acumulados pelo docente, segundo vários critérios.

As reivindicações dos sindicatos da categoria (CNG/Andes/SN) foram apresentadas em 1996 e prevêem ganhos percentuais para os salários reajustados do magistério superior nas categorias titular, adjunto, assistente e auxiliar. Eles reivindicam ainda um plano de carreira e capacitação definitivos, o que não consta da proposta do MEC.

ACM só põe gratificação em pauta se greve terminar

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, manifestou-se ontem contrário à aprovação, pelo Congresso Nacional, do projeto do Executivo que reajusta as gratificações dos professores universitários, "enquanto eles estiverem em greve".

Antonio Carlos esclareceu que, regimentalmente, não há tempo para apreciação da proposta até o final deste mês. Mas um

acordo de líderes com a presidência do Congresso pode acelerar a tramitação e viabilizar a aprovação da matéria, acrescentou.

— Ocorre que minha posição pessoal é só votar a gratificação após o final da greve — destacou.

Antonio Carlos garantiu que os senadores cumprirão sua pauta de trabalho até o final deste mês, sem a necessidade de qualquer convocação extraordinária. Ele confirmou

que a votação em segundo turno da proposta de emenda que limita a imunidade parlamentar será feita esta semana.

Antonio Carlos Magalhães lamentou, por outro lado, que "os adversários do governo torçam para o Brasil perder na Copa, imaginando que a derrota possa deixar o presidente mal". Ele arriscou um palpite para o jogo de hoje, entre Brasil e Marrocos: vitória brasileira por 3 x 1.



0800 - 612211

FALA, CIDADÃO

Nesta seção, o *Jornal do Senado* publica perguntas dirigidas aos senadores, abordando questões relevantes em debate no Congresso Nacional. Você pode participar telefonando para 0800-61-2211. A ligação é gratuita.

Vanderley José Viana, de São José do Rio Preto, em São Paulo, quer informações a respeito do projeto que permite a cobrança das dívidas da União por escritórios particulares. Quem responde é o autor da proposta, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB).



Suassuna: receita irá aumentar por receber, ou então não ganha nada.

Esta é a grande diferença: um tem o seu salário garantido, enquanto o outro só terá salário se conseguir receber as dívidas do estado, do município e da União. Esse é o sistema adotado na maioria dos países desenvolvidos.

Mas no Brasil ainda existe esse ranço: não se permite a terceirização da cobrança, e, assim, volumes grandiosos são deixados de lado, porque o custo da máquina é maior do que o valor da cobrança. Foi por isso que, há poucos meses, o INSS perdeu todas as dívidas inferiores a mil reais. Eu pergunto: por que não terceirizar a cobrança dessas dívidas e aplicar os recursos na área social, como, por exemplo, em vacinação ou no combate à dengue?

Na prática, o processo é o seguinte: o governo levanta a dívida e terceiriza, por meio de concorrência ou venda, a cobrança do débi-

to. Nos Estados Unidos até mesmo as contas mais atrasadas são avaliadas por uma comissão e passam adiante para que um particular cobre.

No caso do Brasil, a dívida soma R\$ 310 bilhões, se considerarmos a dívida gigantesca dos que utilizam terras de marinha. Seria grande o interesse em comprar essa dívida da União, o que só seria possível mediante a aprovação de minha proposta.

Com toda certeza, a terceirização desse serviço seria um bem para a população, porque os que hoje não estão pagando passariam a pagar, o que levaria à redução da carga sobre todos e aumentaria o volume de recursos arrecadados pelo governo, permitindo, assim, um incremento dos serviços prestados à população.

Quanto aos procuradores, eles poderiam fazer cobranças acima de determinado limite, ou ter outras atribuições, como, por exemplo, levantar as causas que a União ganhou na Justiça e que, até hoje, não foram executadas. Poderiam, ainda, fazer o levantamento dos depósitos que estão na Caixa Econômica e que, dizem alguns, ultrapassam a cifra de R\$ 50 bilhões, e identificar quais deles correspondem a causas ganhas e quais correspondem a causas perdidas.

Para senador, só as reformas podem livrar o país dos riscos do mercado internacional

Hollanda adverte que globalização exige cautela

O desemprego e a crise asiática recomendam, na opinião do senador Joel de Hollanda (PFL-PE), atitude de cautela do governo federal em relação à globalização da economia brasileira. "A globalização é a fusão de mercados nacionais em um só mercado mundial", disse ontem o senador, lembrando que o país não poderia estar fora desse processo, mas deve tomar suas precauções "mantendo nossa economia dentro dos padrões de austeridade e equilíbrio no que diz respeito ao controle das contas nacionais".

Apesar das preocupações com o déficit público, Joel de Hollanda observa que a globalização acontecerá com ou sem a participação do Brasil. A seu ver, no entanto, a integração na economia mundial exige reformas corajosas de "estruturas e mentalidades", como o governo federal vem fazendo.

— Estamos implementando essas reformas e, nesse processo, devemos estar alerta diante dos perigos, flexíveis e adaptáveis diante das complexidades, e esperançosos diante das oportunidades que se abrem para o país nesse con-



Deficit preocupa Hollanda texto — enfatizou o senador.

Joel de Hollanda considerou acertada, desde o começo, a integração brasileira no mercado globalizado, conforme reiterou. Ele lembrou que o Brasil promoveu para isso uma abertura comercial, baixou barreiras à importação e submeteu sua economia ao desafio de perseguir e alcançar rapidamente a eficiência em setores antes protegidos.

E finalizou acrescentando que países emergentes têm na globalização perspectivas mais atraentes que os próprios países-líderes da economia mundial. "tanto que as resistências ao processo e a desconfiança são fortíssimas no chamado Primeiro Mundo".

Benedita propõe revisão do processo de privatização

Referindo-se à decisão governamental de retirar o setor de transmissão de energia elétrica do processo de privatização, previsto para se efetivar até o ano 2000, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) indagou se não está na hora de o Brasil estudar minuciosamente todo o processo de privatização, para não "chorar depois".

— O que está em jogo é patrimônio público e não é vergonha nenhuma para o governo voltar atrás, desde que o motivo seja evitar prejuízos ao país — argumentou a parla-



Benedita quer evitar prejuízos mentar.

Na opinião dela, tudo indica que o governo não conseguiu ainda traçar uma estratégia de privatização do setor elétrico.

Senador rebate críticas do ministro das Comunicações e afirma que, nas privatizações, ele age com a lógica das empresas privadas

Lauro diz que Barros não defende interesse público

"O bom nome de um homem e de uma mulher é a jóia mais sublime de sua alma. Aquele que rouba o meu bom nome rouba daquilo que me empobrece de verdade", afirmou ontem o senador Lauro Campos (PT-DF), citando o dramaturgo inglês William Shakespeare.

O parlamentar petista referia-se às declarações do ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, que teria chamado Lauro Campos de "um senadorzinho qualquer", ao comentar suas críticas ao projeto de privatização da Telebrás.

RESPOSTA

Para Lauro Campos, o ministro confunde a gerência de uma empresa privada, "que deve maximizar os lucros", com a administração da coisa pública.

— Nunca pedi cargos ao governo e não piso em palácios. Não comprei os votos que me elegeram e modestamente preciso dar uma resposta aos mais de 50% dos eleitores do Distrito Federal que me colocaram aqui. Devo dizer ao ministro que não existe "senadorzinho qualquer", como



Lauro critica ministro pela atuação na venda da Light e da Vale

não existe cidadão qualquer. Essas afirmações representam um traço marcante de uma personalidade que saiu da raia miúda e foi se aperfeiçoar na arte de administrar, sem perceber que existem duas lógicas: uma para as empresas privadas e outra para o setor público — afirmou.

CRÍTICAS

O senador criticou a atuação do ministro nas vendas de estatais, como a Light e a Companhia Vale do Rio Doce, quando Luiz Carlos Mendonça de Barros presidia o BNDES. "Na venda da Light, por exemplo, o vendedor financiou o comprador

para que a operação não resultasse em fracasso", acusou. O parlamentar disse que não teme um processo judicial do ministro das Comunicações. Ele lembrou que apenas está cumprindo a sua função pública de fiscalizar os atos do governo federal.

Lauro Campos aproveitou para criticar o tratamento, no seu entender diferenciado, dado pela legislação eleitoral aos candidatos à Presidência da República. Para ele, o presidente Fernando Henrique Cardoso goza de tratamento especial da legislação, "resquício da ditadura militar e que confere poderes imperiais ao presidente".

Saad quer que DF e Goiás paguem salários iguais

O senador José Saad (PMDB-GO) justificou ontem projeto de lei complementar de sua autoria que pretende equiparar a qualidade dos serviços públicos dos municípios vizinhos ao Distrito Federal com aquela oferecida à população da cidade de Brasília.

O projeto prevê repasse de recursos federais a esses municípios, para melhorar o nível de salários de pessoal nas áreas de saúde, educação e segurança pública.

— Todos sabem que o DF conta com verbas da União para a remuneração dos serviços públicos nas áreas de saúde e educação, segurança pública e Corpo de Bombeiros — observou.

Na opinião de Saad, "depois da criação da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (Ride), que pretende desenvolver os municípios limítrofes de Brasília, nada mais justo do que instaurar um equilíbrio remuneratório entre os profissionais de serviços públicos de Brasília e do Entorno".

Para o senador por Goiás, a igualdade de salários resultará na equiparação da qualidade dos serviços prestados, num processo positivo de equidade social entre as populações vizinhas.

— Não são desconhecidos os problemas gerados pela melhor remuneração dos profis-



Saad: equiparação do serviços do DF, em especial a dramática deterioração dos serviços públicos de Brasília, pressionados pela demanda de uma população periférica carente em busca de melhor atendimento — justificou o senador.

Em seu projeto, Saad estipula que os repasses federais se darão, no primeiro ano, somente aos municípios circunvizinhos da capital.

— A partir do terceiro exercício financeiro, as verbas federais deverão se estender a toda a região administrativa estabelecida pela Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro do corrente ano, que criou a Ride. Somente assim será possível desenvolver Brasília e seu entorno, sem reproduzir o padrão das maiores metrópoles brasileiras — ilhas de prosperidade cercadas de miséria por todos os lados — concluiu José Saad.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

7h - Entrevista com Valentin Carrion e Francisco Leocádio sobre a Justiça do Trabalho
8h - "Sete Dias" - entrevista com o senador Joel de Hollanda (PFL-PE) sobre os projetos para o semi-árido e a seca no Nordeste
9h - Sessão plenária não deliberativa (vivo)
Logo após: Palestra com José Ramos Horta, Prêmio Nobel da Paz, sobre o Timor Leste
12h15 - Entrevista com Valentin Carrion e Francisco Leocádio sobre a Justiça do Trabalho
13h15 - "Sete Dias" - entrevista com o senador Joel de Hollanda (PFL-PE) sobre os projetos para o semi-árido e a seca no Nordeste

14h30 - Sessão plenária (reapresentação)
Logo após: Seminário sobre dessalinização
18h45 - Entrevista com Valentin Carrion e Francisco Leocádio sobre a Justiça do Trabalho
19h30 - "Sete Dias" - entrevista com o senador Joel de Hollanda (PFL-PE) sobre os projetos para o semi-árido e a seca no Nordeste
20h30 - "Congresso Hoje"
20h40 - "Senado em Pauta"
21h - "Fala, Cidadão"
22h - "Jornal do Senado"
0h - "Fala, Cidadão"

Obs.: Durante a programação serão transmitidos *flashes* de reportagens, institucionais e es-

peciais.
 Programação sujeita a alterações.

RÁDIO SENADO

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
10h - Comissão de Assuntos Econômicos
13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
14h15 - "Plenário em Revista"
14h30 - Sessão plenária
19h - "A Voz do Brasil"
22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
0h - Retransmissão da sessão plenária
1h30 - Música e informação até as 7h30

Acordo na área nuclear firmado em 1990 entre Brasil e Argentina, segundo o senador, foi apontado durante encontro sobre desarmamento como possível modelo para uma negociação entre a Índia e o Paquistão

Cabral relata participação em encontro da OIT

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) relatou ontem, em discurso no plenário, a sua participação como observador do Senado Federal na 86ª Conferência Internacional do Trabalho, ocorrida em Genebra, na Suíça, entre 9 e 12 de junho. Ele participou do encontro "Conferência sobre o Desarmamento", a convite do embaixador Celso Lafer, representante brasileiro na missão permanente da Organização Internacional do Trabalho (OIT), promotora do evento.

Cabral destacou a atuação de Celso Lafer no encontro, uma vez que, conforme observou, era tenso o ambiente entre os representantes da Índia e do Paquistão, cujos países estavam às voltas com uma ameaça de guerra nuclear entre si. "No dia seguinte, o comentário mais difundido era de que o acordo firmado em 1990 entre Brasil e Ar-

gentina, que pôs fim à corrida nuclear entre os dois países, serviria de modelo para uma negociação entre a Índia e o Paquistão", disse ele.

Em aparte, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) manifestou preocupação com a corrida armamentista e o controle que o governo americano pretende impor aos países do Terceiro Mundo quanto à proliferação de armas nucleares. O senador defendeu uma política pacifista para o Brasil, mas mantendo um equilíbrio de forças. "Não estamos ingressando em nenhuma corrida armamentista, mas precisamos modernizar as nossas Forças Armadas", afirmou Alcântara.

Bernardo Cabral concordou com Lúcio Alcântara e disse que quem defende o fim das forças armadas no Terceiro Mundo não conhece a imensidão do Brasil e nem o trabalho desenvolvido pelas Forças Armadas

brasileiras em favor da integração do país. "Nós, amazonenses, sabemos o que significa a falta de integração. Queremos uma vida pacífica, mas queremos que respeitem nossa autodeterminação", afirmou Cabral.

O senador informou ter também participado de debates sobre os seguintes temas: "Condições Gerais para Fomentar a Criação de Empregos em Pequenas e Médias Empresas"; "O Trabalho Infantil"; "O Trabalho em Regime de Subcontratação" e "Exame de uma Eventual Declaração de Princípios da OIT, Relativa aos Direitos Fundamentais e do Mecanismo de Segmento Apropriado".

— Nesse particular, estou encaminhando a V. Exa., senhor presidente, cinco publicações relativas a essas matérias, a fim de que possa destiná-las à Biblioteca do Senado — concluiu o senador.



Cabral ressaltou atuação do embaixador Celso Lafer

Odacir defende concordata preventiva para empresas rurais

O líder do PTB, senador Odacir Soares (RO), apresentou projeto que permite a empresa rural o direito de pedir concordata preventiva, possibilitando a suspensão, por dois anos, da execução de cobranças de financiamentos, sem juros e sem correção monetária. A medida proposta, que terá validade somente para empresas que não tenham títulos protestados, estende à atividade rural o benefício previsto no Direito Comercial para empresas mercantis.

— A empresa rural, modernamente, em nada difere da empresa mercantil. Entretanto, não goza dos mesmos favores legais, tendo comprometida a sua preservação. O projeto visa fixar a natureza comercial da atividade empresarial rural, trazendo-lhe como maior benefício o acesso ao instituto da concordata preventiva — esclareceu Odacir Soares.

Em sua justificativa, o senador explica que é comum atribuir-se a exclusão da atividade rural do Direito Comercial ao fato de a mesma não apresentar um dos elementos característicos do ato de comércio, que é a intermediação. "Esse é um argumento superado em decorrência da evolução da exploração agropastoril. O produtor rural produz

bens de consumo destinados ao mercado, através de atividade organizada, envolvendo operações terceirizadas, mas gerenciadas por esse produtor", enfatiza Odacir Soares.

Ao lembrar que, para a execução dessa atividade, são necessários recursos obtidos por meio de financiamentos junto aos bancos, Odacir Soares disse que esse dinheiro, via de regra, é garantido com a penhora da propriedade. Ao seu ver, essa exigência leva o proprietário-produtor "a correr o risco de ficar sem seu patrimônio em função de dívidas, o que não ocorre com o comerciante, em função do seu direito de pedir concordata preventiva", acrescentou.



Odacir quer tratamento igual

Amorim pede política "séria" para agricultura

Ao cobrar uma política "séria e eficiente" para a agricultura brasileira, o senador Ernandes Amorim (PPB-RO) sugeriu a liberação de mais verbas para a Emater e um orçamento realista, com pagamento de salários dignos para os pesquisadores da Embrapa. Ele criticou a dificuldade de os pequenos agricultores conseguirem crédito nos bancos oficiais e privados.

— Me preocupa muito quando eu vejo a imprensa nacional e as nossas lideranças políticas discutindo a importância dos testes nucleares da Índia e do Paquistão. Eu não consigo ver o meu país envolvido com essas questões, enquanto vejo

meus irmãos nordestinos morrendo de fome e de sede — comentou o senador.

Na opinião de Amorim, a burocracia do governo impede que os produtores tenham acesso a milhões de reais em financiamento. Ele citou como um dos problemas a exigência de projetos técnicos para a liberação de crédito. O senador lamentou que os órgãos de assessoria técnica e extensão rural do governo, que poderiam auxiliar o agricultor na elaboração dos documentos, carecem de recursos.

Apesar das críticas, o senador demonstrou confiança no ministro da Agricultura, Francisco Turra. "É um profissional da área, estudioso e atento aos problemas que afetam a



Amorim disse confiar em Turra nossa produção", opinou. Amorim defendeu algumas medidas que deverão ser tomadas pelo governo, como a diminuição das taxas de juros e prazos maiores para a aquisição de equipamentos agrícolas.

— O Brasil pode se tornar, é só querer e ter vontade política, a maior potência do mundo, pois temos condições de produzir a mais importante munção, que é alimentação. Pois, sem ela, a humanidade desaparece — completou Amorim.